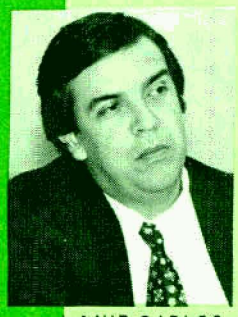
Na contramão da energia



LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO

Os norte-americanos preparam-se para rediscutir a sua política agrícola — Farm Bill —, que é protecionista na essência; os europeus escaparam ilesos do Gatt mantendo a essência de uma política agrícola de proteção e de subsídios. Os brasileiros, ainda lutando pela estabilização da economia do país, sustentam uma agricultura totalmente aberta, sem subsídios, e ainda por cima somam aos riscos da produção agrícola o pagamento de juros reais elevadíssimos.

Os resultados dessas disparidades entre as áreas mais ricas no mundo e o Brasil são as imensas dificuldades sofridas pelos produtores de alimentos e pelo agribusiness, que enfrentam o protecionismo com a competência e os baixos custos de produção.

Esse cenário, complexo e distorcido, é a base da discussão entre os interesses dos blocos econômicos que se formam nessa fase de recessão, em que o sofrimento atingiu tanto os países oprimidos quanto os países ricos. Os abastados amargam ainda níveis de desemprego extremamente elevados: um nefasto indicador para os países desenvolvidos. Também suportam indesejáveis índices de poluição do ar, incompatíveis com o padrão que almejam para a saúde de sua população e até mesmo com a preservação dos monumentos históricos que marcaram o berço da civilização.

Após a queda das últimas barreiras políticas e ideológicas, os países do Leste europeu buscam opções de desenvolvimento para suas precárias economias, enquanto os gigantes da Ásia reordenam territórios e populações, direcionando-os para as práticas da geração de empregos e de riquezas, bases de um desenvolvimento sustentado.

Não é à toa que os europeus, com o aval do parlamento de sua Comunidade, estão ocupados no pleno desenvolvimento de um programa de biomassa energética, justificado sob os parâmetros de geração de empregos no meio rural, fixação de mão-de-obra no campo e redução da poluição ambiental, e moldado na lógica do desenvolvimento sustentado e no resgate do papel do homem e da natureza na produção agrícola.

Os norte-americanos, que hoje dependem do petróleo importado tanto quanto os brasileiros, num volume da ordem de 50% do consumo interno, elaboraram leis e procedimentos que já se traduzem numa capacidade instalada para a produção de álcool anidro de cerca de 50% da capacidade brasileira. Cumpridas essas leis, daqui a cinco anos, os EUA poderão estar consumindo mais álcool carburante do que o Brasil.

Os custos de produção de biomassa desses países desenvolvidos são mais do que duas vezes maiores que os nossos, contabilizados numa economia em fase de estabilização, e muitos deles dispõem de folgas suficientes em carvão mineral, energia nuclear e petróleo. Diante desses fatos, como é possível entender que as políticas agrícola e energética brasileiras estejam tão desnorteadas? É a insistência do modelo urbano-industrial que cria favelas e esvazia os campos? Uma estratégia para manter a dependência energética de fontes externas, mesmo com os riscos implícitos para a economia do país e para a saúde pública? Ou a conseqüência da derrota do sistema privado e das instituições democráticas para o corporativismo das entidades produtivas de energia do Estado?

Além do desenvolvimento tecnológico, a conjunção dos princípios que norteiam a produção de biomassa nos países desenvolvidos — preços compatíveis, leis claras e processos de comercialização definidos — foi a mesma que propiciou o êxito do Proálcool no Brasil até 1985/86. Esse, aliás, será o grande diferencial que marcará os resultados das políticas dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, considerando-se que os primeiros investem volumosos recursos nas áreas de biotecnologia, de química e de física ou utilizam os conhecimentos da tecnologia nuclear sempre com o efetivo suporte de subsídios e proteção.

A política de pagar aos agricultores para que não produzam será substituída na Europa pela política de pagá-los para que produzam biomassa sob a forma de energia elétrica e de combustíveis líquidos. Mesmo que atualmente essa energia custe duas ou três vezes mais do que os derivados de petróleo. Ali, a tecnologia industrial da biomassa se processa com base em matéria-prima pelo menos quatro vezes mais cara do que a cana-de-açúcar brasileira. Só essa constatação basta para indicar que tal tecnologia já seria economicamente viável no Brasil!

Os europeus falam em produzir 2 milhões de barris equivalentes de petróleo por dia, derivados da biomassa variada (de leguminosas a florestas), entre os anos 2000 e 2010. No Brasil, quem sabe, estaremos produzindo cerca de 200 a 300 mil barris equivalentes de petróleo por dia, se os passos das políticas agrícola e energética continuarem trôpegos. Enquanto isso, a corporação estatal brasileira paga US$34,00 por megawatt/hora de energia gerada por particulares, contra até US$140,00 por megawatt/hora pagos na Itália.

Enquanto nossa co-geração quase estaciona, nossa produção de álcool está estagnada e nossos produtores desestimulados, os presidentes americanos, inclusive o brasileiro, pactuavam, na reunião da Cúpula das Américas, em dezembro passado, o fim da mistura de chumbo tetraetila na gasolina usada nas Américas; o acerto para as práticas do desenvolvimento sustentado etc...

Luiz Carlos Corrêa Carvalho é engenheiro-agrônomo do Departamento de Planejamento e Economia da AIAA e diretor da Canaplan Assistência Técnica S/C Ltda.